

EDITORIAL

Seguindo a sua missão de acolher e disseminar textos capazes de contribuir criticamente para debates sobre as várias dimensões da questão social brasileira, as lutas nela inscritas e as alternativas para o seu enfrentamento, inclusive aquelas voltadas para a construção de políticas públicas, este número dos Cadernos do CEAS traz elementos para o debate tão relevante quanto urgente sobre a Reforma Psiquiátrica.

Os textos sobre o tema estão agregados em um Dossiê sobre Saúde Mental coordenado pela professora Ana Pitta, a qual é responsável, em coautoria com a pesquisadora Ana Paula Guljor, pelo texto "A violência da contrarreforma psiquiátrica no Brasil: um ataque à democracia em tempos de luta pelos direitos humanos e justiça social", que introduz o Dossiê com uma breve análise da luta pela Reforma Psiquiátrica e suas conquistas e do avassalador processo de desconstrução dessa política no contexto dos retrocessos políticos, econômicos e sociais a que o Brasil vem sendo submetido a partir de 2015. A leitura deste texto conduzirá os leitores, mesmo aqueles não familiarizados com o tema, a compreender a relevância das demais contribuições do dossiê, que tratam de aspectos específicos do debate sobre a saúde mental, drogas e sobre as políticas públicas, cuja construção e aprimoramento estão sob grave ataque. Ainda abordando as políticas de saúde, a Gestão do SUS em Salvador é discutida artigo de autoria de Érica Rios de Carvalho, baseado na análise de dois planos municipais de saúde da capital baiana.

Este número dos Cadernos do CEAS agrega ainda três artigos que tratam de temas da questão urbana. Manoel Nascimento faz uma revisão da literatura sobre o processo de formação da cidade do Salvador, de 1946 a 1988, marcado pela centralidade das favelas, para colocar a questão que dá título ao artigo "É a favela o modelo de um "urbanismo insurgente"? Pistas para um estudo das formas disciplinar e securitária de produção do espaço urbano de Salvador".

Em "A financeirização das cidades e a emenda constitucional 95", de 2016, Ana Beatriz Oliveira Reis e Lucas Assis Atílio colocam em discussão o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, limitados a recomposição da inflação, e estabelecendo, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias.



No seu artigo “Salvador cidade deficiente”, resultante de pesquisa sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência física às praias da orla de Salvador, Milton Silva de Vasconcellos faz uma abordagem crítica de duas políticas públicas voltadas à urbanização da orla de Salvador, realizadas pelo Estado e Município da capital baiana.

Finalmente, os pesquisadores Joaci de Sousa Cunha, Gilca Garcia de Oliveira e Maicon Leopoldino de Andrade apresentam o “Estudo socioambiental da bacia do rio Pardo: irrigação, monoculturas e crise hídrica”, inaugurando a seção *Notas de pesquisa*, relatório de pesquisa encomendada pelo CEAS, que trata a respeito da problemática socioambiental na bacia hidrográfica do rio Pardo.

Boa Leitura.

Joaci de Sousa Cunha e
Ângela Maria Carvalho Borges,
coeditores.